

Excelentíssimo Sr.

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nós, aposentadas da rede estadual do Estado do Rio de Janeiro, vimos, através desta Denúncia, citar a falta de regularidade quanto ao pagamento dos inativos do estado do Rio de Janeiro, fato este que vem ocorrendo desde 2015, com atrasos sistemáticos, calendário diferente dos que estão em atividade e/ou de forma parcelada, o que impede que possamos cumprir com nossos compromissos assumidos e custear nossa própria sobrevivência.

O governador Pezão, conforme veiculado nas mídias e em jornais de grande circulação, declarou o Rio de Janeiro em estado de calamidade pública e, desde então, vem praticando ação comprovada de discriminação contra os aposentados que muito contribuíram para o desenvolvimento da nação, durante todo seu período de efetivo exercício profissional.

Por ora, estamos com pagamentos atrasados, contas vencidas, tratamento médico interrompido e contas básicas como as de luz, gás e aluguel vencidas, provocando inclusive casos de despejos, depressão e alguns casos de suicídio. É sabido que nenhuma instituição comercial, bancária ou de prestação de serviço aceita parcelamento das prestações, mesmo sabendo que essa situação foi causada pelo governador do estado. Destacamos que muitas de nós só temos essa fonte de pagamento, fruto do nosso trabalho, após aprovadas em concurso público. Não aceitamos o parcelamento de salários, pois não trabalhamos de forma parcelada. Não receber nossos proventos deixa-nos a sensação de que o governo do estado cortou nosso direito à aposentadoria, conquistada segundo as regras estipuladas à época.

Não há como aceitar este total desrespeito a leis como a Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa Idosa, que determinam nossa prioridade de atendimento, incluindo o pagamento dos nossos proventos. Apesar da solidariedade de parte da sociedade, que atendeu à campanha de doação de cestas básicas, não é dessa forma que queremos sobreviver, pois cumprimos com todo nosso tempo de efetivo exercício, bem como pagamos os impostos e as contribuições previdenciárias exigidas em lei.

Solicitamos que seja encaminhada uma auditoria nas contas do RioPrevidência e que seja tornado público o motivo do dinheiro do



